



# M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE JULHO DE 2014

---- No dia vinte e nove de julho do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a Presidência da senhora Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente da Câmara, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz.-----

---- A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica Andreia Rafaela Gaspar Vidal.-----

---- O senhor Vice-Presidente informou que a senhora Presidente da Câmara não iria estar presente no início da reunião, dado que, no exercício das suas funções de Presidente da CPCJ de Góis, está a resolver uma situação delicada.-

--- Face ao exposto, o senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

**1 – ORDEM DO DIA: -----**

**1.1– ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

**1.2 – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO/ “LARGO DAS TASQUINHAS” -----**

**1.3 – PROCESSO DE OBRAS PARTICULAR/ DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO. -----**

**1.4 – FUNDO DE APOIO MUNICIPAL/ACORDO ENTRE GOVERNO E ANMP--**

**1.5 – ORÇAMENTO DA EDP/EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ALVARES -----**

**1.6 – PROJETO DE ALTERAÇÃO DO “ REGULAMENTO SOBRE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 264/2002, 25 DE NOVEMBRO, E NO DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO” -----**



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**1.7 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FEIRAS, VENDA AMBULANTE E SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS COM CARATER NÃO SEDENTÁRIO DO CONCELHO DE GÓIS-----**

**1.8 – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS -----**

**1.9 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ----**

**1.10 – PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS-----**

**1.11 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

**1.12 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-**

**1.13 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-**

**2 - APROVAÇÕES EM MINUTA -----**

**3 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

**4 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**4.1 – FALTAS -----**

**4.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE -----**

**4.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES**

**1 – ORDEM DO DIA: -----**

**1.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -** De acordo com o determinado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro no seu artigo 57º, a Câmara deliberou por maioria, com a abstenção da senhora Vereadora eleita pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, Maria Helena Antunes Barata Moniz, por não ter estado presente, aprovar a ata da reunião realizada no dia oito de julho de dois mil e catorze, sendo assinada pelo senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia e por quem a lavrou.-----

**1.2 – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO/ “LARGO DAS TASQUINHAS” –** Foi presente as Normas de Participação referente ao evento “Largo das Tasquinhas” que irá decorrer entre os dias 8 a 13 de Agosto, no Largo Francisco Inácio Dias



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Nogueira (Largo do Pombal), centro histórico da Vila de Góis, que pretende promover a gastronomia tradicional local.-----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, solicitou a presença da Dra. Fátima Gonçalves para esclarecer os senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis sobre o horário estipulado, a proibição de vendas de bebidas espirituosas e o concurso de “Melhor Prato Tradicional”.-----

---- Dada a palavra, a Dra. Fátima Gonçalves informou que o horário previsto para inauguração coincidirá com o horário de abertura previsto para os restantes dias, servindo o ponto 3.2 apenas para reforçar essa ideia. Mais referiu, que não será permitida a venda de bebidas espirituosas dissociadas do menu, por forma a evitar concorrência desleal com os cafés próximos do Largo do Pombal e evitar o desagrado dos comerciantes. Continuou, referindo que iria ser clarificado o conceito de produtos endógenos com exemplos, sendo que o prato tradicional a apresentar deverá ser em consonância com esse mesmos produtos. -----

---- Após a análise, discussão e alteração dos pontos 3.4 e 7.1 das Normas de Participação do “Largo das Tasquinhas”, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar o referido documento que se constitui como o anexo I da presente ata. --

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**1.3 – PROCESSO DE OBRAS PARTICULAR/ DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO** - Foi presente a informação nº 67 do Serviço Jurídico e Contraordenações, datada de 17.03.2014 relativo à caducidade de licença de construção referente ao processo de obras particular OU-VNC-38L/2008, pertencente a Filipe Fernandes Joaquim.-----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia referiu que segundo informação dos serviços, é competência do Executivo pronunciar-se sobre a caducidade das licenças, bem como se trata também de uma recomendação da ação inspetiva ocorrida no Município no ano de 2010. Referiu ainda, que tendo tido lugar a audiência prévia, o próprio titular da licença já informou que não está



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

interessado em dar continuidade a este processo até porque já possui outro projeto.-----

---- Face ao exposto, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade declarar a caducidade da licença de construção referente ao processo de obras particular nº OU-VNC-38L/2008, pertencente a Filipe Fernandes Joaquim. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

### **1.4 – FUNDO DE APOIO MUNICIPAL/ACORDO ENTRE GOVERNO E ANMP-**

A Câmara tomou conhecimento do acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente ao Fundo de Apoio Municipal. -----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia informou que nos termos do referido acordo e no que respeita ao FAM, o respetivo capital será subscrito em 50% pelo Estado e em 50% pelos Municípios, sendo que o prazo de realização do capital é de 7 anos. Mais referiu, que foram ainda analisadas um outro conjunto de matérias de inegável relevo, salientando-se a revisão da atual Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

---- Interveio o senhor Vereador, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia referindo que este acordo é francamente positivo, dado que as autarquias irão contribuir menos (50/50) face ao que havia sido proposto inicialmente (70/30). Mais referiu que, após ter lido algumas entrevistas dadas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e Presidente da ANMP, Dr. Manuel Machado, ficou com a ideia que a LCPA iria acabar. Referiu ainda, que após a leitura do referido acordo, nomeadamente o ponto 15 existe sim a preocupação em aperfeiçoar essa mesma Lei. -----

---- Concluiu, dando relevância ao ponto 23 do referido Acordo onde é assumido que “o processo de reorganização do sector do abastecimento e saneamento de águas em curso não envolve a privatização do sector das águas.”, revelando alguma tranquilidade sobre este assunto. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Interveio a senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz, referindo que é com satisfação que vê reduzida a comparticipação dos Municípios para 50%.-----

---- Usou da palavra o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues referindo que apesar do esforço da ANMP para que a comparticipação dos Municípios passasse a ser de 50%, considerou que os Municípios irão ficar mais restritos financeiramente, havendo necessidade de ajustar receitas como o IMI.--

---- Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia dando conta que com este Acordo é inevitável a poupança que os Municípios terão de fazer, sendo necessário proceder a análise do impacto que esta medida possa ter no Orçamento Municipal.-----

---- A Câmara tomou conhecimento.-----

**1.5 – ORÇAMENTO DA EDP/EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ALVARES** - A Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à contratação do serviço (EDP) relativo à extensão da rede de iluminação pública para a Rua Fernando Henriques Baeta e para a Rua posterior à Secção dos Bombeiros Voluntários de Góis, na freguesia de Alvares.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

**1.6 – PROJETO DE ALTERAÇÃO DO “ REGULAMENTO SOBRE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 264/2002, 25 DE NOVEMBRO, E NO DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO”-** Foi presente o projeto de alteração do Regulamento sobre Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº 264/2002, 25 de novembro, e no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro que se constitui como anexo II da presente ata.-----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia informou que no âmbito do Licenciamento Zero houve a necessidade de analisar e alterar o regulamento existente, processo que foi efetuado pela Dra. Ana Cristina Rosa e Arq.<sup>a</sup> Marina Pais.-----

---- Usou da palavra o senhor Vereador, Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia,



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

referindo que receia a aprovação do regulamento, por o considerar demasiado restritivo. Mais referiu, que analisou os regulamentos de outros Municípios, verificando que estão reduzidos a duas páginas, remetendo na sua maioria para Lei, essa que também considera restritiva. -----

---- Continuou, dando como exemplo dessas restrições, o artigo 59º relativamente á proibição da realização de fogueiras e queimadas, nomeadamente as distâncias impostas. -----

---- Referiu ainda, que sendo o regulamento restritivo considera que é um convite ao incumprimento, devido à legislação ou por excesso de zelo. -----

---- Interveio a senhora Vereadora, Maria Helena Barata Antunes Moniz, referindo que está apreensiva com o regulamento, por achar que a lei já tem tudo implícito. Mais referiu, que na sua opinião os regulamentos são uma adaptação à realidade, considerando que o artigo 59º deste regulamento não se adequa ao concelho. Terminou, referindo que pior que não ter regulamentos é tê-los e não fazê-los cumprir. -----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia referiu que o regulamento contém a informação necessária, para que o munícipe em qualquer parte do país possa efetuar os seus pedidos. Mais referiu, que estes regulamentos serão objeto de validação por parte da Agência da Modernização Administrativa (AMA). -----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia solicitou a presença da Dra. Ana Cristina Rosa e da Arq.<sup>a</sup> Marina Pais. -----

---- Dada a palavra, a senhora Arq.<sup>a</sup> Marina Pais informou que o regulamento transpõe o que está na legislação geral. -----

---- Usou da palavra a Dra. Ana Cristina Rosa, dando conta que poderá remeter-se o artigo 59º para a Lei, em vez de se explicar de forma detalhada. -----

---- Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues referindo que os regulamentos não são mais que adaptação da lei e porquanto não há muita fuga ao mesmo. Referiu ainda, que durante a discussão pública poderá



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

flexibilizar-se os regulamentos, com alterações e sugestões de melhoria que possam eventualmente chegar durante esse período. -----

---- Interveio o senhor Vereador, Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia, sugerindo que fosse adicionado um artigo com definições de queimada, queimas e fogueiras, conforme a legislação geral.-----

---- O Senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia informou que o Projeto de alteração do Regulamento sobre Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº 264/2002, 25 de novembro, e no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro deverá ser submetido a discussão pública, pelo período de 30 dias úteis, através da publicação em Edital e no Diário da Republica, com as especificações exigidas por Lei.-----

---- A Câmara tomou conhecimento e aprovou por maioria, com a abstenção da senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz remeter o presente assunto a discussão pública. -----

---- O senhor Vereador, Eng.<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia informou que aprova o regulamento em discussão, mas apela ao sentido crítico dos Municípes durante o período de discussão pública, para melhorar o documento.-----

---- A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz fundamentou o seu sentido de voto na esperança que após a discussão pública e as críticas efetuadas, o documento seja melhorado. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

**1.7 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FEIRAS, VENDA AMBULANTE E SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS COM CARATER NÃO SEDENTÁRIO DO CONCELHO DE GÓIS** - Foi presente o Projeto de Regulamento Municipal de Feiras, Venda Ambulante e Serviços de Restauração ou de Bebidas com Carater Não Sedentário do Concelho de Góis que se constitui como anexo III da presente ata.-----

---- Interveio o senhor Vereador, Eng<sup>a</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia, referindo que tal como no ponto anterior considera o regulamento denso e descritivo, dando como exemplos os artigos 9<sup>o</sup> e 46<sup>o</sup>. Mais referiu que no artigo



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

16º não foram referidas as feiras de Alvares e Cortes. Concluiu, sugerindo que o regulamento fosse analisado por um feirante. -----

---- O senhor Vice-Presidente deu a palavra à Arqª Marina, que informou que todas as normas e regras constantes no regulamento são obrigatoriamente do conhecimento dos feirantes e advêm da legislação geral. -----

---- O Senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia informou que o Projeto de Regulamento Municipal de Feiras, Venda Ambulante e Serviços de Restauração ou de Bebidas com Carater Não Sedentário do Concelho de Góis deverá ser submetido a discussão pública, pelo período de 30 dias úteis, através da publicação em Edital e no Diário da Republica, com as especificações exigidas por Lei.-----

---- A Câmara tomou conhecimento e aprovou por maioria, com a abstenção da senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz remeter o presente assunto a discussão pública. -----

---- Os senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis referiram que o seu sentido de voto consubstancia-se na fundamentação apresentada no ponto anterior. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

### **1.8 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS**

- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia referiu que por força das normas emanadas pela Lei nº83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014 (LOE/2014), mais concretamente do disposto no nº1 do seu artigo 73º, resulta que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2013, por parte das autarquias locais, sujeito à redução remuneratória prevista no artigo 33º do mesmo diploma. Referiu ainda que determinam ainda os nºs 4 e 11 do já referido artigo 73º que, todas as aquisições de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença ou, cujo objeto seja a consultoria técnica, contratadas pelas entidades abrangidas pela aplicação da Lei nº12-A/2008, de





## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº47/2013, de 5 de abril (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR) e pela Lei nº80/2013, de 27 de novembro, em articulação com o nº1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, estão sujeitas à emissão de parecer prévio vinculativo por parte do órgão executivo, tendo elencado quais as condições para a sua emissão. -----

---- Face ao exposto, o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia deu conhecimento que o Município pretende proceder à contratação de serviços diversos, tendo dado conhecimento dos mesmos, cuja cópia constitui o anexo IV da presente Ata. -----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia referiu ainda que presentemente não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos em cumprimento com a LCPA.-----

---- A Câmara tomou conhecimento e após análise deliberou por maioria, com o voto contra da senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz e com a abstenção do senhor Vereador, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia, eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, emitir parecer prévio favorável à contratação dos serviços constantes no anexo IV da presente Ata.-----

---- A senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz fundamentou o seu sentido de voto, no facto de ter sido presente na reunião a despesa no valor de 6.90€ + IVA referente à manutenção dos extintores de uma viatura municipal, afeta aos serviços externos. Mais referiu, que tendo em conta o valor do serviço, a própria pagaria com os seus meios financeiros. -----

---- O senhor Vereador, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia fundamentou o seu sentido voto, por considerar que não se poderá realizar despesas não havendo fundos disponíveis.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

**1.9 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS –** O senhor Vice-Presidente solicitou que fosse retirada da ordem do dia o presente assunto tendo para o efeito apresentado os devidos esclarecimentos.-----

**1.10 – PARECER PRÉVIO GENÉRICO/COMUNICAÇÃO MENSAL DA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÕES E SERVIÇOS -** A senhora Presidente informou o Executivo, sobre as aquisições de serviços referentes ao mês de junho, conforme deliberação datada do dia catorze de janeiro do ano de 2014----

**1.11 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -** A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia vinte e oito de julho do ano em curso, no montante de um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, setenta euros e noventa e dois cêntimos. -----

**1.12 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-** O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia vinte e nove de julho do ano em curso.- -----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia informou não existirem fundos disponíveis suficientes para assumir os compromissos decorrentes das transferências, de forma a dar-se pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

---- Os subsídios aprovados destinam-se a apoiar financeiramente e/ou pagar serviços prestados, à ADIBER- Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, ADESA – Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor, Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, Associação Educativa e Recreativa de Góis e Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis, -----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Góis aprovar as transferências correntes, no montante de sessenta e três mil e setecentos e cinquenta euros, cujo documento constitui o anexo V da presente Ata.-----

---- Os senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis fundamentaram o seu sentido de voto, por considerarem que não se poderá realizar despesa com fundos indisponíveis. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### **1.13 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-**

O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia vinte e nove de julho do ano em curso.- -----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia informou não existirem fundos disponíveis suficientes para assumir os compromissos decorrentes das transferências, de forma a dar-se pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, informou, que o subsídio de capital aprovado destina-se a apoiar financeiramente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis na aquisição de equipamento (ambulância).-----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, aprovar as transferências de capital, no montante de dois mil euros, cujo documento constitui o anexo VI da presente Ata.-----

---- Os senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis referiram que o seu sentido de voto consubstancia-se na fundamentação apresentada no ponto anterior.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### **2 – APROVAÇÕES EM MINUTA – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR/ NORMAS DE PARTICIPAÇÃO/ “LARGO DAS TASQUINHAS”/ PROCESSO DE OBRAS**



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**PARTICULAR/ DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO/ ORÇAMENTO DA EDP/EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ ALVARES/ PROJETO DE ALTERAÇÃO DO “REGULAMENTO SOBRE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 264/2002, 25 DE NOVEMBRO, E NO DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO”/ PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FEIRAS, VENDA AMBULANTE E SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS COM CARATER NÃO SEDENTÁRIO DO CONCELHO DE GÓIS/ EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS/ DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES/ DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL -----**

---- A senhora Presidente da Câmara entrou as 11h30 participando a partir deste ponto na presente Reunião do Executivo. -----

**3- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** – Usou da palavra o senhor Fernando Alves de Lima, de Sacões, dando conta que nessa mesma localidade encontra-se uma parede em perigo de derrocada, podendo provocar um acidente na estrada que liga as localidades de Sacões de Cima a Conhais. Mais referiu, que nessa mesma estrada é constante a passagem de viaturas com mais de 60 toneladas, transgredindo a Lei, sendo sua opinião que a estrada poderá abater. -----

---- Referiu ainda, que existia um sinal, que num ato de vandalismo foi roubado, e que indicava que apenas poderiam passar naquela estrada, viaturas com limite máximo de 10 toneladas. -----

---- Continuou a sua intervenção, dando conta que na sua opinião o tanque que existe em Sacões está mal localizado, não permitindo o acesso dos bombeiros ou helicópteros em caso de incêndio florestal. Concluiu, referindo que foi cedido um terreno, descampado e com condições para a construção de um tanque de defesa contra incêndios. -----

---- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia dando conta que conhece o local onde se encontra atualmente o tanque de defesa



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

contra incêndios, sendo sua opinião que o mesmo é acessível para o abastecimento de pequenas viaturas dos bombeiros. -----

---- A senhora Presidente informou, que logo de seguida à reunião iria deslocar-se à localidade de Sacões para averiguar e analisar todas as situações referidas pelo senhor Fernando Alves de Lima. -----

---- Relativamente à passagem de viaturas com excesso de carga a senhora Presidente informou que tem de haver bom senso por parte do cidadão, pois sabe claramente que está a infringir a Lei. -----

---- Usou da palavra o senhor Presidente da ADIBER, Dr. Miguel Ventura dando conta que teve conhecimento, recentemente e através da comunicação social, que o Governo se prepara para criar os denominados “Espaços do Cidadão”. ----

---- Continuou, referindo que enquanto cidadão destes territórios de baixa densidade populacional, é contra a criação destes espaços que agora se pretendem criar, por podem ser o prenúncio do encerramento dos serviços públicos. Referiu ainda, que esses espaços não serão mais do que balcões municipais que prestam serviço público à população, que para além de poderem estar sob a gestão dos Municípios poderão ser concessionados a outras entidades, nomeadamente do terceiro sector. -----

---- Face ao exposto, o senhor Dr. Miguel Ventura, informou da disponibilidade da ADIBER para prestar este tipo de serviços. Mais referiu, que esta situação não é novidade para aquela instituição, tendo em conta o protocolo existente com o IEFP, que quando se desloca a Góis faz o atendimento dos seus utentes na sede da ADIBER. Referiu ainda, que a ADIBER dispõe de técnicos na área da Agricultura que complementam os serviços do Ministério da Agricultura no Concelho de Góis; na área do turismo e economia faz-se o encaminhamento de candidaturas para as entidades competentes. -----

---- O senhor Presidente da ADIBER referiu que na eventualidade de os “Espaços do Cidadão” virem a instalar-se no concelho, a ADIBER estará disponível para efetuar a sua gestão, por forma a rentabilizar os recursos humanos nesta área e permitir a sua ocupação e rentabilização. Mais referiu,



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

que é preocupação da ADIBER o atraso que se tem vindo a verificar com o novo quadro comunitário, sendo esta uma forma da entidade prestar serviços, neste caso ao Estado e angariar outras formas de financiamento. -----

---- A senhora Presidente agradeceu a disponibilidade da ADIBER e informou que este assunto será agendado para a Reunião do Executivo de 12.08.2014, com prévia entrega de documentação a todos os Vereadores do Executivo. Mais referiu, a insistência do Governo na assinatura deste protocolo, alertando que o mesmo poderia ser presente na reunião do executivo para ratificação, situação que não lhe parece correta, porquanto logo que assinado, dificilmente se altera o compromisso. Referiu ainda, que a pouca adesão das Câmaras Municipais em assinar este protocolo, levou ao adiamento da sua assinatura prevista para o dia 30.07.2014 na CIM-Região de Coimbra. -----

---- Terminou este assunto, dando conta que o presente protocolo efetivamente prevê a adjudicação de serviço a outras entidades, congratulando-se pela disponibilidade da ADIBER.-----

---- Interveio o senhor Abílio Antunes Cardoso, questionando para quando está prevista a entrega da medalha de serviço público que lhe foi atribuída.-----

---- A senhora Presidente lembrou o senhor Abílio Antunes Cardoso que quando a contactou telefonicamente, teve a oportunidade de informar que a entrega desta medalha está prevista para o dia 13 de Agosto - Feriado Municipal. -----

---- Usou da palavra o senhor Luís Miguel Rodrigues Oliveira, dando conta que na localidade de Vale Travasso existe um terreno contíguo à propriedade dos seus pais, com silvas e vegetação, perigoso principalmente no período crítico de incêndios. Mais referiu, que já manifestou a sua indignação quer junto da Câmara Municipal, quer junto do ICNF. Referiu ainda, que o proprietário desse terreno procedeu apenas a parte da limpeza, deixando no local os resíduos do corte de vegetação. Face ao exposto, prevaleceu-se da oportunidade para questionar a Câmara sobre o que está ser feito sobre este assunto. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- A senhora Presidente lamentou a situação, estando convencida que esse assunto estaria resolvido e porquanto solicitou a presença do senhor Nuno Carvalho, Fiscal Municipal e da senhora Jurista, Dra. Ana Cristina Rosa, conhecedores dessa situação. Solicitou ainda ao senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues informação sobre o processo, uma vez que detém o pelouro da Fiscalização Municipal. -----

---- Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues referindo que não tem conhecimento deste processo. -----

---- Dada a palavra, a Dra. Ana Cristina Rosa informou que foi levantado um Auto pela GNR, tendo os serviços jurídicos da Câmara Municipal efetuado os procedimentos normais. Mais referiu, que o arguido pagou a coima inerente a esse ato, tendo sido também informado que deveria dirigir-se à GNR para indicar as distâncias de segurança a manter, bem como que vegetação necessária cortar.-----

---- Continuou, referindo que caso o proprietário não tenha atuado conforme o estipulado, incorre no crime de desobediência. -----

---- Dada a palavra ao senhor Nuno Carvalho, Fiscal Municipal referiu que tem conhecimento da contra ordenação, que resultou do auto efetuado pela GNR. Mais referiu que nestas situações a GNR deve verificar o cumprimento da sanção.-----

---- Usou da palavra a senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes que informou que a GNR já foi ao local marcar a vegetação que o proprietário tem de limpar. -----

---- A senhora Presidente referiu que quando os proprietários teimam em não cumprir as sanções aplicadas, essas situações ultrapassam as competências da Câmara. Terminou este assunto, referindo que iria acompanhar este processo, numa tentativa de resolver a situação a bem e renovar o pedido ao proprietário para o cumprimento da Lei. -----

---- Usou da palavra o senhor Vítor Nogueira Dias alertando para a limpeza das instalações sanitárias junto à esplanada da Fazenda da Avó Thomázia. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- A senhora Presidente informou que é responsabilidade da empresa que explora a Fazenda da Avó Thomázia a limpeza das instalações sanitárias, referindo que iria alertar para essa situação.-----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **4 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**4.1- FALTAS – Não houve. -----**

**4.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE –** A senhora Presidente justificou a sua ausência no início da reunião, dando conta de que se encontrava a resolver uma situação delicada na sua qualidade de Presidente da CPCJ, tendo por isso solicitado ao senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia que assumisse as funções na presente reunião.- -----

---- **A) AMA/Protocolo –** A senhora Presidente entregou ao Executivo a proposta de protocolo enviada pela Agência de Modernização Administrativa, com vista para a criação dos denominados “Espaços do Cidadão”. Mais informou que o presente assunto será agendado na próxima Reunião do Executivo para apreciação e deliberação. -----

---- Continuou, dando conta que este protocolo visa a criação de uma nova tipologia de serviços no concelho. Referiu ainda, que todos os presidentes de Câmara que integram a CIM-Região de Coimbra reuniram no p.p. dia 10.07.2014 com o senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa, Dr. Joaquim Pedro Cardoso da Costa. Mais referiu, que na aludida reunião, o senhor Secretário de estado explicou que o presente protocolo pretende resolver problemas de prestação de serviços em meios rurais. -----

---- Continuou, dando conta que na aludida reunião questionou o senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa se a assinatura deste protocolo, seria o prenúncio de ficar com um serviço e fechar três ou quatro outros serviços públicos. Mais referiu, que a resposta dada foi que *“não estaria em condições de responder mas que sabia que não iam ser admitidos serviços paralelos,* porquanto subentende-se o encerramento de serviços como CTT,





## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Segurança Social, Serviço de Finanças, Conservatória em detrimento da criação dos Espaços do Cidadão.-----

---- Prosseguiu, referindo que no presente protocolo as despesas com instalações serão da competência da Câmara Municipal. Relativamente aos recursos humanos, o Governo permite excepcionalmente o recrutamento de trabalhadores para resolver lacunas nestes serviços. -----

---- Referiu ainda, que a modalidade proposta no protocolo é interessante, desde que não fossem encerrados serviços, permitindo a rentabilização ao nível estatal, mais concretamente nas despesas inerente ao aluguer de instalações. ---

---- Concluiu, dando conta que teve a oportunidade de informar o Senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa de que a palavra modernização satisfaz este território, ao contrário da palavra reorganização, tendo em conta o que aconteceu com as freguesias. -----

---- **B) GoisOrosoArte 2014** - A senhora Presidente congratulou-se pelo êxito da 18ª edição do Góis Arte, agradecendo de forma especial ao Município de Oroso que através da parceria existente, permitiu que esta edição encerrasse em pleno com um grupo, proposto pelo senhor Alcalde de Oroso, no âmbito de uma candidatura para a cultura. -----

---- **C) Semana Cultural** – A senhora Presidente convida todo o Executivo e os Goisenses a participarem no Largo das Tasquinhas e nas diversas atividades que irão decorrer entre os dias 8 a 13 de agosto, e se associarem às comemorações do Feriado Municipal cuja sessão solene irá decorrer na Casa da Cultura de Góis. -----

---- **D) DGESTE-** A senhora Presidente deu conta do parecer jurídico emitido pelo senhor consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, documento entregue na anterior reunião do executivo. Mais referiu, que com base nesse parecer foi enviado um ofício à DGESTE a solicitar uma reunião e o teor do despacho que decreta o encerramento da EB1 da Ponte de Sótão, sendo que até à data não houve qualquer resposta. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Continuou, referindo que de acordo com o parecer jurídico, é proposto que se faça coloque uma providência cautelar, no entanto terá de ser sempre efetuada com base no despacho solicitado à DGESTE. Terminou, referindo que para além da Câmara Municipal quer a senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Góis quer a Associação de Pais e Encarregados de Educação solicitaram também uma audiência com a senhora Delegada Regional de Educação do Centro, ao qual ainda não tiveram resposta. -----

---- Terminou, referindo que dado à ausência de resposta por parte da DGESTE, a senhora Presidente solicitou à Secretaria de Estado o teor do aludido despacho, que respondeu que trata de uma competência da DGESTE.-----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES -----**

---- Usou da palavra o senhor Vereador, Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia dando conta que na última reunião do executivo na qual a senhora Presidente não esteve presente, colocou três questões ao senhor Vice-Presidente, nomeadamente sobre o Parque Municipal, revisão do PDM e sobre a contratação da Técnica de Serviço Social. Mais referiu, que sobre os dois primeiros assuntos, o Executivo ficou apenas de trazer mais informação sobre a calendarização destes processos, tendo em conta que foi contratada uma jurista para dar apoio na Revisão do PDM.-----

---- Relativamente á contratação da Técnica de Serviço Social, foi respondido na anterior reunião do executivo pelos senhores Vereadores da Maioria Socialista que não conheciam os contornos da sua contratação. Face ao exposto renova as questões colocadas, nomeadamente sobre as razões da sua vinda, perfil técnico e o vencimento que vem auferir. -----

---- Continuou, dando conta que visualizou na página do facebook da Câmara Municipal fotografias da Casa do Artista, questionando sobre as alterações que foram efectuadas nessa infra-estrutura. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Prosseguiu, informando que já recebeu o parecer da CADA, referindo que sob o seu ponto de vista o parecer é claro quanto à cedência de documentação, esperando que o processo fique encerrado.-----

---- Usou da palavra a senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz, referindo que relativamente à contratação da Técnica de Serviço Social ainda não tinha tido oportunidade de se pronunciar. Mais referiu, que quando ouve discursos sobre a fixação de jovens no concelho, entende ser um discurso de palavras ocas. Mais referiu, que se trata de uma técnica que irá vencer um salário significativo, quando poderia proceder-se à contratação de duas jovens com igual formação, a residir no concelho e com situação profissional precária, sendo essa a solução economicamente e socialmente vantajosa.-----

---- Prosseguiu, referindo que relativamente ao Gois Arte gostaria de particularizar a apresentação do livro “O Silêncio Solar das Manhãs”, felicitando publicamente o autor António Canteiro, que considera de muita qualidade, e que já publicou quatro obras, todas elas merecedoras de prémios. Mais referiu, o seu desagrado pelo local escolhido (hall da Casa da Cultura de Góis) para apresentação pública do aludido livro.-----

---- Relativamente ao parecer emitido pela CADA, lamentou a situação esperando que esta seja uma situação que fique resolvida.-----

---- A senhora Presidente questionou o senhor Vereador, Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia se a idade é impedimento para a contratação de uma pessoa com uma vasta experiência e competência. Mais referiu, que não admite que o Executivo diga que não conhece a situação de mobilidade da Dra. Ana Maria Alves, tendo em conta que foi aprovado por unanimidade a alteração ao Mapa de Pessoal na reunião do Executivo de 11.02.2014, a qual contemplava o lugar para a assunção da referida mobilidade. Mais referiu, que nessa mesma reunião, nenhum dos Vereadores da Oposição levantou qualquer questão sobre o vencimento associado á mobilidade objeto de aprovação. Relembrou ainda, que foi apenas questionado quais as funções que nesse lugar a Técnica de Serviço Social iria desempenhar, tendo a senhora Presidente esclarecido que este posto



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

de trabalho está afeto ao Núcleo de Desenvolvimento Social, Cultural e Económico, por forma a colmatar a carência de recursos humanos na área da Ação Social, face ao volume de trabalho que se verifica -----

---- A senhora Presidente informou que a técnica em questões iniciou funções na Câmara Municipal de Góis a 01.07.2014, sendo que na semana anterior promoveu uma reunião no seu gabinete onde estiveram presentes o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, a senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes e a Técnica Superior Ana Maria Alves. Nessa reunião ficaram definidas as tarefas que ia desenvolver na sua qualidade de Técnica Superior de Serviço Social, ficando em aberto a possibilidade de vir a Coordenar o Núcleo atendendo à sua vasta experiência. Tal constatação revela não existir qualquer desconhecimento da situação da mobilidade em causa. -----

---- Mais referiu, que as razões que levaram à vinda da Dra. Ana Alves se resumem à competência, experiência e ao trabalho desenvolvido em matéria de ação social, considerando que tem o perfil adequado para fazer um trabalho diferente e junto das populações, particularmente no que concerne a meios financeiros para o concelho em matéria de Ação Social, dado que há alguns anos que esta é uma competência do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra mas tendo vindo a ser assumida exclusivamente por verbas do orçamento municipal através do PMID – Programa Municipal para a Integração e Desenvolvimento. -----

---- Referiu ainda, não perceber a indignação dos Vereadores da Oposição porquanto a Câmara Municipal em matéria de vencimentos não escolhe valores, apenas cumpre a Lei., não permitindo que a Técnica Superior recentemente ao serviço da Câmara Municipal seja quase “linchada” na praça pública. -----

---- Relativamente à intervenção da senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz, a senhora Presidente lembrou que quando foi o encerramento do GAT – Gabinete de Apoio Técnico de Arganil, a Câmara Municipal de Góis,



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

assumiu dois trabalhadores, um dos quais auferiu atualmente o maior vencimento pago pela Câmara Municipal de Góis.-----

---- Mais referiu que já nessa altura se falava na problemática da fixação dos jovens; esclareceu a senhora Vereadora, Maria Helena Barata Antunes Moniz que a figura da mobilidade interna não pode ser confundida com a figura da contratação, para além de considerar que as intervenções dos senhores Vereadores da Oposição são verdadeiros paradoxos, porquanto afirmam que ao invés de uma mobilidade poder-se-ia contratar dois ou três jovens, mas sempre que o Executivo propõe a abertura de procedimentos concursais o seu sentido de voto não manifesta qualquer solidariedade dado que têm optado pela abstenção. -----

---- No que concerne à Casa do Artista, a senhora Presidente esclareceu o senhor Vereador Eng<sup>o</sup> Diamantino Jorge Simões Garcia que as mudanças efetuadas não são mais do que o cumprimento do protocolo com a ADIBER. Mais referiu, que a pintura vista nas imagens do facebook foi uma oferta do pintor José Carvalho.-----

---- Continuou, dando conta que foram equipados três quartos, resultante da parceria entre a Câmara Municipal e a ADIBER. Relativamente ao investimento realizado é intenção apresentar candidatura no novo quadro comunitário. Referiu ainda, que a Casa do Artista está disponível para a Câmara Municipal no Góis Arte, FACIG e outros eventos que decorram no concelho, de acordo com o estipulado no protocolo. -----

---- No que diz respeito ao parecer da CADA, a senhora Presidente informou que nunca vedou o acesso aos documentos, mas apenas deixou de os distribuir em sede de reunião do executivo. Mais referiu, que continuará a dar cumprimento ao despacho emitido pela CADA, ou seja “facultar o acesso a toda documentação”.-

---- Relativamente à revisão do PDM a senhora Presidente lembrou que a contratação da Dra. Marlene Bandeira tem inerente dar apoio à CPCJ, revisão do PDM e dar continuidade ao Gabinete Concelhio para a Igualdade. -----



## M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S

---- Relativamente à apresentação do livro de António Canteiro a senhora Presidente referiu que a intervenção da senhora Vereadora, Maria Helena Antunes Barata Moniz contraria todo o “feedback” dado pelo autor e família, pelo representante da Gradiva, dos músicos e demais convidados, o qual pode ser demonstrado por documentos enviados ao Município ou por palavras proferidas no final da cerimónia, onde por todos foi reconhecida a excelência da apresentação e do acolhimento por parte do Município. -----

---- Referiu ainda, que a ideia da alteração do espaço para a apresentação do aludido livro foi muito bem aceite pelo autor, concluindo que o espaço a que a senhora Vereadora considera de Hall, tem muita dignidade sendo até um dos locais de Arte – Dot.Arte. -----

---- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, referindo que se houve atraso da equipa projetista responsável pelo Parque Municipal, deve-se à dificuldade em reunir todos os técnicos e trabalhadores que têm interesse em melhorar os estaleiros da Câmara Municipal, sendo que existem alguns handicaps nomeadamente o limite financeiro existente, dificultando o trabalho do projetista.- -----

---- O Senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia deu ainda conta que está a ser desenvolvido um projeto designado “O Portugal Porta-a-porta” que consiste na criação de redes de serviços públicos de transporte de passageiros a pedido, em território de média e baixa densidade populacional. -----

---- Continuou, dando conta que foi solicitado o preenchimento de um questionário, ao qual foi dada conta que o município de Góis dispõe de uma frota com vários carros, com meios significativos e com um orçamento dispendioso com transportes. Mais referiu, que em transportes escolares são gastos mais de 100 mil euros; 31 mil euros assegurados em frota própria; 28 mil euros em passes; 22 mil euros na contratação a operadores rodoviários; 900 euros a serviço de táxis. -----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Prosseguiu, referindo que este projeto pretende que todos os cidadãos sejam abrangidos ao nível da mobilidade tendo o município o papel de decidir o mínimo de habitantes para que se garanta o transporte em todas as aldeias.-----

---- A senhora Presidente informou que a ANMP solicitou que o Município respondesse a um questionário exaustivo sobre o parque de viaturas e motoristas habilitados para o transporte de passageiros e custos associados, no concelho de Góis, sendo que este levantamento pretende reduzir os custos e melhorar a mobilidade no concelho. -----

---- No que diz respeito ao Parque Municipal, a senhora Presidente informou que o atraso neste projeto prende-se com a morosidade do estudo geológico e à análise das propostas apresentadas. Mais referiu, que deve ser tido em conta a complexidade do projeto e os poucos meios financeiros disponíveis. Mais referiu que para o ano 2014 /2015 será efectuado um estudo financeiro sobre a disponibilidade do orçamento municipal, porque para além da infraestrutura do Parque Municipal existem despesas inerentes a vedações e arruamentos que ultrapassa largamente o meio milhão destinado para o Parque Municipal, objeto de empréstimo bancário. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

---- E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas treze horas e cinquenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente Ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



# M U N I C Í P I O   D E   G Ó I S